

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR  
MESTRADO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL E  
DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

**THOMAZ BORGES ARARIPE BARBOSA**

**TERRITÓRIOS RURAIS:  
“GESTÃO SOCIAL” DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO  
VELHO CHICO**

Salvador  
2008

**THOMAZ BORGES ARARIPE BARBOSA**

**TERRITÓRIOS RURAIS:  
“GESTÃO SOCIAL” DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO  
VELHO CHICO**

Dissertação apresentada à Universidade Católica do Salvador como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, na Linha de Pesquisa Territorialidade, Desenvolvimento Social e Meio Ambiente.

Orientador (a): Prof.<sup>a</sup> PhD Cristina Maria Macedo de Alencar

Salvador  
2008

UCSAL. Sistema de Bibliotecas.  
Setor de Cadastramento.

B228t Barbosa, Thomaz Borges Araripe  
Territórios rurais: "gestão social" do desenvolvimento sustentável no Velho Chico /  
Thomaz Borges Araripe Barbosa. - Salvador: UCSal. Superintendência de Pós-Gradua-  
ção, 2008.  
105 f.

Dissertação apresentada à Universidade Católica do Salvador como requisito, para a  
obtenção do título de Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, na  
Linha de Pesquisa: Territorialidade, Desenvolvimento social e Meio ambiente.

Orientadora: Profª PhD. Cristina Maria Macedo de Alencar.

Inclui bibliografia

1. Território rural - Desenvolvimento sustentável. 2. Território Velho Chico - Sustenta-  
bilidade - Gestão social. 4. Classe social rural - Inclusão. 5. Agricultura familiar - Políti-  
cas públicas. 6. Dissertação. II. Universidade Católica do Salvador. Mestrado em Plane-  
jamento Territorial e Desenvolvimento Social. III. Título.

CDU 11.3(813.8)(043.3)

**THOMAZ BORGES ARARIPE BARBOSA**

**TERRITÓRIOS RURAIS:  
“GESTÃO SOCIAL” DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO  
VELHO CHICO**

Dissertação apresentada à Universidade Católica do Salvador para obtenção do título de Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.

Linha de Pesquisa: Territorialidade, Desenvolvimento Social e Meio Ambiente.  
Área do conhecimento: Desenvolvimento Urbano e Regional.

Aprovada em 03/11/2007

Banca Examinadora:

---

Profª Drª Cristina Maria Macêdo de Alencar  
Universidade Católica do Salvador - UCSal

---

Prof. Dr. Sérgio Pereira Leite  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

---

Prof. Dr. Humberto Miranda do Nascimento  
Universidade Católica do Salvador - UCSal

Salvador  
2008

*Ao amigo Vitor... Por mostrar um caminho.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela oportunidade da vida....

A minha amada companheira Simone, a certeza do nosso sucesso; das coisas boas....

Aos meus filhos queridos, Clara e Caio, fontes de inspiração...

Ao meu Pai, Antônio Araripe, e minha Mãe, Cecília, pela força do seu amor.

À Cristina, por iluminar com doce sabedoria estes meus passos.

Aos amigos e amigas, pela ajuda e incentivo a todo momento.

À Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) pelo apoio técnico.

*“A marcha da civilização é caracterizada, exatamente, por semelhantes situações, a que genericamente podemos chamar de modernizações. Tais modernizações, a princípio isoladas e lentas, tornam-se depois mais rápidas e espalhadas, com o advento do capitalismo. Este é marcado pela tendência à internacionalização e depois à universalização das conquistas materiais e espiritual que, há cinco séculos, vem alterando o sentido da vida em todos os continentes, ainda que de forma desigual. Talvez por isso mesmo a idéia de progresso está sempre sujeita à reflexão e à crítica. O processo capitalista une, de forma desigual e combinada, países ativos, dos quais se irradiam as grandes mudanças e que delas se beneficiam, e países passivos, onde a grande maioria da humanidade vive na pobreza, segundo diversos graus de intensidade. Modernização e agravamento da desigualdade têm sido uma constante, constituindo, aliás, o lado perverso da difusão do progresso sobre a face do planeta... O Brasil é um exemplo de país para o qual a modernidade, em todas as fases de sua história nos últimos cinco séculos, impõe-se, sobretudo, como abertura aos ventos de fora. Como essa abertura foi quase sempre ilimitada e sem freios, a modernidade à moda brasileira é igualmente sinônimo de abandono. É como se aqui não fosse possível adotar as inovações criadas no mundo se não como cópia do pólo criador e difusor de novidades (Europa, depois os EUA...). Esse comportamento reiterado pode dar a impressão, a quem o observa, de que a modernidade é sempre imitativa. Uma análise ainda mais profunda a partir do caso brasileiro levará a pensar que a idéia de adotar a modernidade tal qual postulada no centro seria também preconceituosa. Não se imitam culturas consideradas inferiores, enquanto são aceitas sem reflexão os princípios e as conseqüências daquelas consideradas superiores. No caso brasileiro, tal modernidade se impôs, ao longo dos séculos, aos modos de fazer, de ser e de pensar. Quanto ao fazer, é comum que se prefiram impor distorções a imaginar práticas menos danosas na condução dos destinos nacionais [...]” (SANTOS, 1996).*

## RESUMO

A partir do ano de 2003, o governo federal brasileiro, seguindo “recomendações” dos organismos multilaterais da cooperação internacional, passou a implementar um programa de desenvolvimento sustentável de territórios rurais, cujo foco se direcionou, basicamente, para a organização e o fortalecimento da produção familiar e das classes rurais fragilizadas (acampados, assentados, comunidades quilombolas, índios etc). O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais “revelou” no Estado da Bahia 24 territórios rurais até o final de 2006, tendo como estratégia principal a gestão social do processo de desenvolvimento, ou seja, a gradual inclusão das classes sociais rurais historicamente menos favorecidas ao processo de planejamento territorial. A pesquisa em questão buscou verificar se há compatibilidade entre o modelo de intervenção e a condição ideal de sustentabilidade para o desenvolvimento de determinado território rural, utilizando o caso do Território Velho Chico. Através da gestão social programada, avalia se é efetivo o Desenvolvimento Sustentável Territorial Rural (DSTR), primeiro, o Programado, pois a gestão social é estratégia (intervenção) para se alcançar um desenvolvimento sustentável - e, segundo, o Ideal, para o qual os aspectos da ruralidade local ou territorial representam os condicionantes mais importantes.

**Palavras-chave:** Ruralidade, Relações Sociais, Políticas Públicas, Planejamento, Agricultura Familiar, Território, Desenvolvimento Sustentável; Globalização.

## ABSTRACT

From the year 2003, the Brazilian federal government, following "recommendations" of multilateral international cooperation agencies, has implemented a program of sustainable development of rural areas, whose focus is directed, basically, for the organization and strengthening of family production and vulnerable rural classes (campers, settlers, maroon communities, Indians etc.). The Program of Support to Sustainable Development in Rural Areas "revealed" in the State of Bahia 24 rural areas by the end of 2006, with the core strategy to manage the social development process, namely the gradual inclusion of rural social classes historically less favored the process of territorial planning. The research in question sought check for compatibility between the type of intervention and the ideal condition for sustainable development of a rural area, using the case of the Territory Old Chico. Through social management program, assess whether it is effective Sustainable Development Territorial Development (DSTR), first, the program, because it is the social management strategy (intervention) to achieve sustainable development - and, second, the ideal for which aspects of the countryside local or regional constraints represent the most important.

**Keywords:** Rural, Social Relations, Public Policy, Planning, Agriculture Family, Territory, Sustainable Development; Globalization.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	População residente por situação de domicílio, raça ou cor.....	61
Tabela 2	Número de estabelecimentos por setor da economia.....	62
Tabela 3	Empregos gerados por setor da economia.....	64
Tabela 4	Renda em valores correntes (R\$).....	64
Tabela 5	Índice de Desenvolvimento Humano.....	65
Tabela 6	Índice de Gini.....	66
Tabela 7	Estabelecimentos agropecuários conforme os grupos de área...	71
Tabela 8	Perfil da estrutura fundiária.....	71
Tabela 9	Aglomerados por ordem alfabética, segundo o município e distrito a que pertence ou pertencia no ano censitário.....	72
Tabela 10	Estabelecimentos agropecuários por grupo de atividade econômica.....	74
Tabela 11	Pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários conforme o sexo.....	75
Tabela 12	Agricultura familiar.....	77
Tabela 13	Área ocupada pelas diferentes pelas diferentes atividades econômicas.....	78
Tabela 14	Comparativo sobre a utilização da área, conforme a atividade econômica.....	78
Tabela 15	Utilização das terras.....	79
Tabela 16	Estabelecimentos com informação de uso de assistência técnica, irrigação, adubos e corretivos, controle de pragas e doenças, conservação do solo, energia elétrica, segundo mesorregiões, microrregiões e municípios.....	80
Tabela 17	Domicílios em situação de pobreza.....	81
Tabela 18	Valor anual da produção animal e vegetal, por tipo de atividade econômica.....	83
Tabela 19	Valor anual bruto da produção animal e vegetal, conforme os grupos de área dos estabelecimentos agropecuários.....	84
Tabela 20	Pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários, conforme os grupos de área dos estabelecimentos.....	84
Tabela 21	Evolução da renda <i>per capita</i> , em valores correntes (R\$).....	85
Tabela 22	Pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários, por categoria.....	86
Tabela 23	Pessoal ocupado conforme categoria.....	86
Tabela 24	PIB – Valor adicionado a preços correntes por município.....	87
Tabela 25	População de 10 ou mais anos de idade ocupada no setor agropecuário e grau de informalidade.....	88

## QUADRO DE SIGLAS

DSTR	Desenvolvimento Sustentável Territorial Rural
PRONAT	Programa Nacional de Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
SAF	Secretaria de Agricultura Familiar
CET	Coordenação Estadual dos Territórios
OCDE	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
LEADER	Ligação Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
EP	Estudo Propositivo (hoje chamado de EPE – Estudo de Potencialidades Econômicas)
CEDRS	Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
CIAT	Comissão de Implantação de Ações Territoriais
CSTR	Condicionantes de Sustentabilidade Territorial Rural
ISTR	Indicadores de Sustentabilidade Territorial Rural
GR	Grupos de Ressignificação
EM	Elementos Nucleadores
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ABONG	Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais
MOC	Movimento de Organização Comunitária
CEALNOR	Central de Associações do Litoral Norte
SECOMP	Secretaria de Combate à Pobreza (atual SEDES – Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza do Estado da Bahia)
CRA	Centro de Recursos Ambientais
CETA	Movimento Estadual de Trabalhadores Acampados, Assentados e Quilombolas da Bahia
CONSAD	Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
DENOCs	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
EMBRAPA	Empresa Brasileira de pesquisa Agropecuária
FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
SASOP	Serviço de Assessoria às Organizações Populares Rurais
FUNDIFRAN	Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
IRPAA	Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada
CUT	Central Única dos Trabalhadores

MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MLT	Movimento de Luta pela Terra
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
NEAD	Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
SIT/MDA	Sistema de Informações Territoriais
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PAM/IBGE	Pesquisa Agrícola Municipal
PAP/IBGE	Pesquisa Pecuária Municipal

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
	1.2 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	20
<b>2</b>	<b>O PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS (PRONAT).....</b>	<b>25</b>
	2.1 A METODOLOGIA.....	28
	2.2 A IMPLANTAÇÃO DO PRONAT NA BAHIA.....	32
<b>3</b>	<b>CONDICIONANTES DE SUSTENTABILIDADE TERRITORIAL RURAL (CSTR).....</b>	<b>39</b>
	3.1 ELEMENTOS CONCEITUAIS.....	39
	3.2 CONDICIONANTES E INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE TERRITORIAL RURAL.....	52
<b>4</b>	<b>O TERRITÓRIO VELHO CHICO.....</b>	<b>59</b>
	4.1 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO.....	60
	4.2 O TERRITÓRIO VELHO CHICO E OS CSTR/ISTR DOS DSTR....	68
	<b>4.2.1 Grupo Ruralidade (GRR).....</b>	<b>68</b>
	<b>4.2.2 Grupo Sustentabilidade.....</b>	<b>76</b>
	<b>4.2.3 Grupo Político-Institucional.....</b>	<b>82</b>
	<b>4.2.4 Grupo Economia (trabalho).....</b>	<b>82</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>89</b>
<b>6</b>	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>96</b>